



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL

181  
Cee

**Recurso de agravo na apelação cível n. 292.903-5**

Agravante 1: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE

Agravante 2: CLÁUDIO JOSÉ NÓBREGA CAMPOS

Agravados: Os mesmos

Relator: Des. Itabira de Brito Filho

**Ementa:** Agravo Legal na apelação cível – Agravante – Cláudio – Agravo Legal na apelação cível – Agravante – CELPE – Alegação de não ser cabível o ressarcimento dos honorários contratuais ao agravado/autor da ação de indenização por perdas e danos – Incabível a cobrança ao réu de honorários advocatícios contratados pelo autor – sentença reformada - Agravo provido por maioria.

1 – A CELPE em seu recurso de agravo legal alega não ser cabível o ressarcimento dos honorários contratuais ao agravado/Cláudio.

2 – Os honorários contratuais decorrem exclusivamente da relação jurídica contratual entre o advogado e o cliente, não sendo possível estender a obrigação a terceiro que não participou desta pactuação.

3 – Assim não é cabível a cobrança a ré de honorários advocatícios contratados pelo autor, pois, seria o reconhecimento da sucumbência por via oblíqua. Precedentes do STJ.

4 – Agravo legal da CELPE provido, por maioria, para reformar a sentença na parte que condenou a referida agravante no ressarcimento dos honorários advocatícios contratados pelo agravado/Cláudio.

**ACÓRDÃO:** Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos do recurso de agravo legal da CELPE na apelação cível n. 292.903-5, em que figuram como agravantes CELPE e Cláudio José Nóbrega Campos, e, como agravados os mesmos, ACORDAM os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça que compõem a 3ª Câmara Cível, por maioria, dar provimento ao agravo da CELPE, na conformidade do relatório, do voto, ementa e notas taquigráficas que integram este julgado.

Recife, 12. 6. 14

  
**EDUARDO SERTÓRIO CANTO**  
Desembargador



143  
1

**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**  
TIPO: **RECURSO DE AGRAVO**  
PROCESSO Nº: **0292903-5**  
APELANTE: **COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO -**  
**CELPE e OUTRO**  
APELADO: **CLÁUDIO JOSÉ NÓBREGA e OUTRO**  
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

**RELATÓRIO**

Trata-se de recurso de Agravo Legal proposto por ambas as partes, COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE e CLÁUDIO JOSÉ NÓBREGA, em face da decisão terminativa da lavra do então relator, Des. Sílvio Beltrão, que entendeu pela manutenção integral da sentença vergastada, negando seguimento aos recursos de Apelação interpostos pela partes, ora agravantes, com fulcro no art. 557, *caput* do CPC.

Em síntese, após regular processamento da ação ordinária de cancelamento de débito c/c perdas e danos, comportando o feito julgamento antecipado, nos termos do artigo 330, inciso I do CPC, o Douto Julgador proferiu sentença de parcial procedência em três capítulos: declarou inexistente a dívida apurada pela apelante, desconstituindo o débito; julgou improcedente o pleito indenizatório e procedente o pleito de restituição dos honorários advocatícios contratuais. Por fim, condenou ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da condenação.

Inconformada, a concessionária interpôs apelação, arguindo como causa de pedir um *error in iudicando*, pugnando pela reforma da sentença no tocante ao capítulo que impôs a restituição dos valores despendidos pelo autor com os honorários advocatícios contratuais. Imutável, portanto, o capítulo da sentença que desconstituiu o débito apontado na inicial e cobrado pela recorrente.

De igual modo, o autor interpôs recurso apelatório se insurgindo em face do capítulo da sentença que julgou improcedente o pleito indenizatório por danos extrapatrimoniais.

Da decisão monocrática do então relator, que entendeu pela manutenção integral da sentença guerreada, opuseram-se os presentes recursos de agravo legal. Os Agravantes reapresentaram sucintamente as mesmas questões trazidas nos recursos de apelação, no qual restaram sucumbente. Neste cenário, requereram a retratação da decisão hostilizada, de forma monocrática, ou, em não sendo atendido o pleito, a apresentação dos recursos em mesa para julgamento, para integral provimento dos presentes agravos.

Eis o Relatório.  
Recife,

05/06/14

**ITABIRA DE BRITO FILHO**

- Relator -



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**  
TIPO: **RECURSO DE AGRAVO**  
PROCESSO Nº: **0292903-5**  
APELANTE: **COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO -**  
**CELPE e OUTRO**  
APELADO: **CLAÚDIO JOSÉ NÓBREGA e OUTRO**  
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

**VOTO**

*Ab initio*, conforme declinado claramente nos agravos em julgamento, consubstanciado no art. 557 § 1º do CPC, cumpre observar que é cabível a interposição desses recursos. Destacando-se, em tempo, também, serem tempestivos.

Noutra linha, não vislumbro, nos recursos em testilha, qualquer argumento que faça esta relatoria entender de forma divergente do já declinado antes. Senão vejamos:

No tocante ao recurso de agravo legal interposto pela Concessionária CELPE, o cerne da questão recursal, em apertada síntese, gira em torno da imposição condenatória de restituição do *quantum* despendido pelo autor com os honorários contratuais, a título de reparação pelos danos materiais. Referido pleito já foi pontualmente apreciado e vergastado, não merecendo retratação, pois em consonância com a jurisprudência pátria.

Com efeito, o Código Civil de 2002 – nos termos dos arts. 389, 395 e 404 – determina, de forma expressa, que os honorários advocatícios integram os valores devidos a título de reparação por perdas e danos.

Entende o STJ que os honorários mencionados pelos referidos artigos são os honorários contratuais, pois os sucumbenciais, por constituírem crédito autônomo do advogado, não importam em decréscimo patrimonial do vencedor da demanda.

Assim, como os honorários convencionais são retirados do patrimônio da parte lesada – para que haja reparação integral do dano sofrido – aquele que deu causa ao processo deve restituir os valores despendidos com os honorários contratuais. Trata-se de norma que prestigia os princípios da restituição integral, da equidade e da justiça. Destacando, *in casu*, que não se mostram exorbitantes os honorários fixados, sendo razoável a restituição ao patrimônio do autor lesado.

Nesse sentido, precedente exemplificativo:

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL.  
PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ.  
DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E  
SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA. VIOLAÇÃO DA COISA  
JULGADA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. HONORÁRIOS  
CONVENCIONAIS. PERDAS E DANOS. PRINCÍPIO DA



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

RESTITUIÇÃO INTEGRAL. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO  
CÓDIGO CIVIL.

(...)

4. Os honorários convencionais integram o valor devido a título de perdas e danos, nos termos dos arts. 389, 395 e 404 do CC/02.

5. O pagamento dos honorários extrajudiciais como parcela integrante das perdas e danos também é devido pelo inadimplemento de obrigações trabalhistas, diante da incidência dos princípios do acesso à justiça e da restituição integral dos danos e dos arts. 389, 395 e 404 do CC/02, que podem ser aplicados subsidiariamente no âmbito dos contratos trabalhistas, nos termos do art. 8º, parágrafo único, da CLT.

6. Recurso especial ao qual se nega provido.

(REsp 1027797/MG, Rel Ministra NANCY ANDRIGHI, DJe 23/02/2011)

Quanto ao recurso de agravo legal interposto pelo autor, CLÁUDIO JOSÉ NÓBREGA, melhor destino não merece ter. Reapresenta impugnação ao capítulo decisório que acolheu o pleito indenizatório, a título de danos extrapatrimoniais, também já apreciado e fundamentadamente rebatido, no seguinte sentido:

*"Pois bem, entendo que não se sustenta a tese apresentada pelo demandante/apelante, isso porque não existem nos autos prova de que a ré tenha ameaçado o autor da suspensão do serviço ou mesmo da restrição do seu nome nos órgãos de proteção ao crédito quando da cobrança de R\$ 12.498,87 (doze mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e sete centavos).*

*Da mesma forma, não visualizo nos autos provas de que a ré tenha proporcionado uma ofensa pública ou mesmo vexame do autor no momento da verificação de sua unidade de consumo.*

*Ademais, sabe-se que a demandada tem o dever de zelar pela manutenção de toda a rede de fornecimento de energia e para tanto, permite a Resolução Normativa nº 414 de 09/09/2010, a apuração de possíveis irregularidades."*

No mais, nenhum argumento novo foi trazido aos autos que pudesse ensejar a modificação da decisão vergastada e, por isso, a irresignação recursal não merece ser acolhida.

Ante o acima exposto, **VOTO** pelo **NÃO PROVIMENTO** deste recurso, mantendo, em todos os seus termos, a decisão terminativa desafiada.

**É o meu voto Srs. Desembargadores.**

  
**ITABIRA DE BRITO FILHO - Relator-**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL – 05.06.2014  
AGRAVO NA APELAÇÃO Nº. 292903-5 – CARUARU  
AGRAVANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
AGRAVADO: CLÁUDIO JOSÉ NÓBREGA CAMPOS  
RELATOR: DESEMBARGADOR ITABIRA BRITO

RELATÓRIO E VOTO DO RELATOR ÀS FLS. 173 A 175 DOS AUTOS.

---

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO (PRESIDENTE)

Desembargador Josué, objetivamente, e peço a confirmação por parte do desembargador Itabira, o que está a se discutir é se os honorários contratuais pagos ao advogado que ingressou com uma ação de indenização por perdas e danos são ressarcíveis ou não.

É isso somente o que está a se discutir. Confirma, desembargador Itabira?

---

DESEMBARGADOR ITABIRA BRITO (RELATOR)

Isso.

---

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO (PRESIDENTE)

Muito bem.

Isso já foi motivo, em uma sessão no Grupo de Câmaras já houve essa discussão, e não sei se, por maioria ou por unanimidade, concluiu-se que não seria possível, porque não teria fim.

Os honorários que vão ser pagos agora a esse advogado também deveriam ser ressarcidos.

Eu trago aqui jurisprudência do Rio Grande do Sul na Apelação Cível 70051298750, relator foi o desembargador Vítor Luís Barcelos Lima, agora do ano de 2013, que é no seguinte sentido:

“No âmbito da justiça comum, impossível superar a orientação antes firmada por este Tribunal, no sentido do descabimento da cobrança ao reclamado de honorários advocatícios contratados pelo reclamante”.

Aqui que ele traz é no caso de uma reclamação trabalhista.

“O contrário significaria o reconhecimento da sucumbência por via oblíqua, e poderia levar a julgamentos contraditórios, a despeito do mesmo fato do patrocínio advocatício na Justiça do Trabalho”.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

Com esses esclarecimentos, desembargador, onde eu estou divergindo, eu coloco em discussão.

---

**DESEMBARGADOR JOSUÉ SENA**

Eu gostaria de ouvir o desembargador Itabira sobre a visão dele nessa matéria pontual.

Tem algum subsídio a oferecer?

---

**O DESEMBARGADOR ITABIRA BRITO PROCEDEU À LEITURA DO SEU VOTO DE FLS. 174/175 DOS AUTOS.**

---

**DESEMBARGADOR ITABIRA BRITO (RELATOR)**

Então, eu trago esses subsídios para Vossas Excelências, para que sejam submetidos a vossas apreciações.

---

**DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO (PRESIDENTE)**

Desembargador Josué, a sustentação do voto do desembargador Itabira é com base em uma decisão de 2011, da ministra Nancy Andrighi.

Portanto, a divergência existe, e eu ando lendo muito sobre a questão dos precedentes, sobretudo nesse momento de mudança do Código de Processo Civil, eu tenho a honra de integrar uma lista ao lado do professor Leonardo Carneiro da Cunha, Fred Didier, e as discussões são muitas, e atualmente está se discutindo a questão da observância dos precedentes, e os ilustres participantes reconhecem que ninguém está lendo o acórdão todo. Ninguém está lendo o acórdão todo, está-se lendo a ementa.

Porque o precedente – não é isso, desembargador Agenor? – tem que ser um caso verossimilhante, tem que ser uma coisa extremamente parecida. E no caso concreto, quer o desembargador Itabira, estamos assumindo composições, no meu caso é o ministro Sidnei Benetti, aqui, no caso concreto, é a ministra Nancy, dois renomados juristas e magistrados, com base nisso.

A minha tese eu sei que já foi acolhida pelo Grupo de Câmaras, não sei se à unanimidade ou não, mas a questão é, efetivamente, é belíssima.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADOR JOSUÉ SENA**

É, eu tenho uma certa preocupação com o fato de os honorários contratuais estarem adstritos à negociação entre o autor e o seu advogado. Admitamos que ele, bom, já que quem vai pagar a outra parte em caso de sucesso da ação, eu estabeleço honorários de cem mil reais numa causa de dez mil reais.

Isso é um exemplo assim muito, vamos dizer assim, exagerado, mas, diante desse fato, eu prefiro manter a posição mais tradicional, pontualmente, inclusive me comprometo a, já em outros casos, de não se deferir os honorários contratuais como verba indenizatória pela parte demandada.

Então, com grande vênica do desembargador Itabira, eu acompanho o desembargador.

---

**DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO (PRESIDENTE)**

Proclamo o resultado.

---

**DECISÃO**

"POR MAIORIA DE VOTOS, DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO PROFERIDO PELO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO E DO DESEMBARGADOR JOSUÉ SENA, EM SUBSTITUIÇÃO AO DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO. LAVRARÁ O ACÓRDÃO O DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO".

---